



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ – PGE-CE
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ –
FUNECE
Comissão Executiva do Vestibular – CEV



CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE TÉCNICOS DE
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL NAS ÁREAS DE DIREITO, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(INFRAESTRUTURA), TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO
DE SISTEMAS), CONTABILIDADE, ADMINISTRAÇÃO, ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E
ENGENHARIA CIVIL

EDITAL Nº 01/2024 – PGE/SEPLAG, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2024

PROVA OBJETIVA PARA O CARGO DE TÉCNICO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL CONTABILIDADE

DATA DE APLICAÇÃO: 16 DE FEVEREIRO DE 2025

INÍCIO: 8 HORAS — TÉRMINO: 12 HORAS

Nome: _____ Data de Nascimento: _____

Nome de sua mãe: _____

Assinatura: _____

Após receber sua **folha de respostas**, copie, nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

O bom exemplo é o melhor conselho.

ATENÇÃO!

Este Caderno de Prova contém:

- Língua Portuguesa – 10 questões;
- Noções de Direito Constitucional – 08 questões;
- Noções de Direito Administrativo – 07 questões;
- Estatuto do Servidor Público Estadual e Lei Orgânica da PGE – 05 questões;
- Contabilidade Geral – 10 questões;
- Auditoria – 10 questões;
- Contabilidade Pública – 10 questões;
- Administração Orçamentária e Financeira e Patrimonial – 10 questões;
- Legislação Aplicável à Contabilidade – 10 questões.

NÚMERO DO GABARITO: 4

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 4, que é o número do gabarito deste caderno de prova e que se encontra no rodapé de cada página.

Ao sair definitivamente da sala, o candidato deverá assinar a folha de presença e entregar ao fiscal de mesa a **FOLHA DE RESPOSTAS** preenchida e assinada e o **CADERNO DE PROVA**.

LEIA COM ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

1. O candidato deverá verificar se seu caderno de prova, com 80 (oitenta) questões, está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
2. O candidato deverá preencher os campos em branco da capa do caderno de prova, com as devidas informações.
3. A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-la, o candidato deverá verificar se seu nome e número de inscrição estão corretos. Se houver discrepância, deverá comunicar imediatamente ao fiscal de sala.
4. Na folha de resposta de cada candidato, consta espaço para aposição da impressão digital. Essa folha não deverá ser amassada nem dobrada, para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
5. Após receber a folha de respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a) copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b) marcar, na folha de respostas, pintando, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c) assinar a folha de respostas.
6. As respostas deverão ser marcadas, na folha de respostas, seguindo as mesmas instruções da marcação do número do gabarito (item 5 b), indicando a letra (A, B, C, D, E) da alternativa de sua opção. É vedado o uso de qualquer outro material para marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
7. O preenchimento de todos os campos da folha de respostas da Prova Objetiva será da inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
8. Será eliminado do Concurso Público da PGE-CE o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a) não marcar, na folha de respostas, o número do gabarito de seu caderno de prova, desde que não seja possível a identificação de tal número pela CEV/UECE;
 - b) não assinar a folha de respostas;
 - c) marcar, na folha de respostas, mais de um número de gabarito, desde que não seja possível a identificação do número correto do gabarito do caderno de prova pela CEV/UECE;
 - d) fizer, na folha de respostas, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de prova, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de prova.
9. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, o **gabarito oficial preliminar** e o **enunciado das questões da prova objetiva** estarão disponíveis na página da CEV/UECE (www.uece.cev.br), a partir do dia 17 de fevereiro de 2025 e a **imagem completa de sua folha de respostas** estará disponível a partir do dia 26 de fevereiro de 2025.
10. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação do Concurso Público da PGE-CE.
11. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar (manter ou carregar consigo, levar ou conduzir), dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: **(i)** armas; **(ii)** aparelhos equipamentos eletrônicos (bip, telefone celular, smartphone, calculadora, tablet, iPod, pen drive, mp3 player, fones de ouvido, qualquer tipo de relógio digital ou analógico, agenda eletrônica, notebook, palmtop, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, gravador, etc.); **(iii)** bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação; **(iv)** Óculos esportivo, boné, chapéu, lenço de cabelo, bandana ou outros objetos e adereços que não permitam a perfeita visualização da região auricular; **(v)** Objetos contendo metais, tais como: pulseiras, cordões, anéis e alianças, brincos, gravata, chaveiro, chaves eletrônicas, controle de alarme de veículos etc; **(vi)** Outros objetos, tais como: cartão magnético (cartão de crédito, carteira de estudante, cartão de bilhete único, vale transporte eletrônico e assemelhados), carteira (de cédulas, de documentos, que contenham material relativo a provas). Todos esses itens deverão ser acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, e colocados debaixo da carteira do candidato, somente podendo ser de lá retirados após a devolução da prova ao fiscal, quando o candidato sair da sala em definitivo.

Na parte superior da carteira ficará somente a caneta transparente, o documento de identidade, o caderno de prova e a folha de respostas.
12. Será permitido o uso de água para saciar a sede e de pequeno lanche, desde que acondicionados em vasilhame e embalagem transparentes, sem rótulo ou etiqueta, e fiquem acomodados debaixo da carteira do candidato, de onde somente poderão ser retirados com autorização do fiscal de sala. A inobservância de tais condições poderá acarretar a eliminação do candidato, de acordo com a alínea VII do item 117 do Edital que rege o Concurso Público da PGE-CE.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas; estando nessa condição, o candidato que se recusar a permanecer na sala de prova, no aguardo dos demais candidatos, será eliminado do Concurso Público da PGE-CE, de acordo com a alínea IX do item 117 do Edital que o rege.
14. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a folha de respostas e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado, caso não faça a entrega da folha de respostas.
15. Os recursos relativos a esta Prova Objetiva deverão ser interpostos de acordo com o Cronograma de Eventos do Concurso disponibilizado no endereço eletrônico (www.cev.uece.br).

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Abotoaduras

01 O maior fabricante de abotoaduras de punho fechou a
02 indústria depois de convencer-se de que é
03 infinitamente reduzido o número de camisas de
04 manga comprida, à disposição da humanidade. E,
05 mais, que os exemplares deste gênero, ainda
06 existentes, são providos de botões, dispensando
07 abotoaduras. — Trabalhei a vida inteira no setor —
08 lastimava-se — e almejava legar a meus filhos a
09 tradição das abotoaduras de punho, como requinte
10 terminal de uma camisa digna desse nome. Os fatos
11 ergueram-se contra mim. Não posso mais produzir
12 abotoaduras de punho para camisas sem punho ou de
13 punho abastardado por míseros botões de plástico.
14 Concluiu que é o fim da civilização, e ia enforcar-se
15 numa camisa esporte, estampada, quando esta,
16 movida por vento súbito, saiu pelos ares, qual
17 bandeira solta. E era tão bonito o esvoaçar do pano
18 bigarreado, tão graciosas as evoluções, que o homem
19 resolveu desistir da morte e aplicar sua fortuna em
20 uma indústria colossal de camisas de manga curta.

Andrade, Carlos Drummond de. Abotoaduras. *In.*: Contos plausíveis. São Paulo: ed. Companhia das Letras, p. 19, 2012.

01. É objetivo do texto

- A) apresentar a origem, estilo e evolução da camisa ao longo da história, explorando a iconicidade dessa peça.
- B) contar a tradição de uma família de fabricantes de abotoaduras e de camisas à beira da falência.
- C) demarcar a simbologia da camisa curta como rompimento com o passado e a necessidade de adesão ao novo.
- D) influenciar a opinião das pessoas sobre as abotoaduras como acessórios marcantes.
- E) marcar o retorno nostálgico, quando se usavam cordões e laços para amarrar os punhos das camisas.

02. No trecho “Concluiu que é o fim da civilização, e ia enforcar-se numa camisa esporte, estampada, quando esta, movida por vento súbito, saiu pelos ares, qual bandeira solta.” (linhas 14-17), evidencia-se um tom

- A) grave, em relação ao fato que estava prestes a ocorrer em virtude de o personagem não mais poder atender às suas necessidades básicas após a mudança nas demandas do mercado.
- B) jocoso, o que se justifica pelo fato de o personagem utilizar recursos hiperbólicos para expressar seus sentimentos em relação à nova moda em vigor, ou seja, a dos botões nas camisas.
- C) irônico, causado pelo fato de o personagem escolher a própria camisa esporte – fruto de sua crítica – para dar cabo de sua vida e, por ela ter voado, portanto, não servindo sequer para a finalidade desejada.
- D) relapso, no tocante aos sentimentos do personagem, que acaba por não consolidar suas intenções em virtude de ter mudado de ideia em relação a elas e ao próprio mercado da moda.
- E) persuasivo, causado pela intenção de demover o personagem da ideia de enforcar-se com uma camisa esporte a partir do argumento de que outras possibilidades de trabalho poderiam surgir.

03. No trecho “E era tão bonito o esvoaçar do pano bigarreado [...]” (linhas 17-18), a palavra em destaque significa

- A) rasgado, esfiapado.
- B) matizado, de cores variadas.
- C) leve, elegante.
- D) versátil, confortável.
- E) grosseiro, áspero.

04. No trecho “— Trabalhei a vida inteira no setor (i) — lastimava-se — e almejava legar a meus filhos (ii) a tradição das abotoaduras de punho (iii), como requinte terminal de uma camisa digna desse nome. (linhas 07-10)”, os termos em destaque classificam-se sintaticamente como

- A) (i) adjunto adnominal, (ii) objeto indireto e (iii) objeto indireto.
- B) (i) complemento nominal, (ii) objeto indireto e (iii) objeto direto.
- C) (i) adjunto adverbial, (ii) objeto indireto e (iii) objeto direto.
- D) (i) adjunto adnominal, (ii) complemento nominal e (iii) objeto direto.
- E) (i) complemento nominal, (ii) adjunto adverbial e (iii) objeto indireto.

05. A expressão em destaque no trecho: “como requinte terminal de uma camisa digna **desse nome**” (linha 10) remete

- A) a camisas sem punho.
- B) a míseros botões de plástico.
- C) à camisa esporte, estampada.
- D) a abotoaduras de punho.
- E) a camisas de manga comprida.

06. No trecho: “Concluiu que é o fim da civilização, e ia enforcar-se numa camisa esporte...” (linhas 14-15), a vírgula é empregada pelo mesmo motivo apresentado em:

- A) O patrão gostava muito das nossas abotoaduras, e eu levava-lhe quantas podia comprar.
- B) Ele sai agora e eu, logo mais.
- C) Ele falou sobre o livro, e falou, e falou.
- D) O Brasil está difícil, e pior, estamos a transformá-lo num péssimo exemplo.
- E) O soldado estava ferido, e continuou lutando.

07. A crase presente no trecho: “à disposição da humanidade” (linha 04) apresenta correspondência com a que ocorre em:

- A) O curso é realizado na modalidade educação à distância.
- B) Colocou o remédio gota à gota em sua boca.
- C) Devo entregar o documento à ela.
- D) O problema não se limita às abotoaduras.
- E) Vou à Lisboa no fim de semana.

Texto 2

O que é deepfake e como ele é usado para distorcer a realidade

21 *Técnica usa inteligência artificial (IA) e outros*
22 *conteúdos verdadeiros, como foto e vídeo, para criar*
23 *adultrações realistas.*

24 A criação de vídeos adulterados e realistas ficou muito
25 mais simples com o chamado deepfake. Com ele, é
26 possível colocar pessoas em situações
27 constrangedoras ou, no mínimo, inusitadas.

28 Na terça-feira (27), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
29 aprovou 12 propostas de resolução que serão

30 aplicadas nas eleições municipais deste ano. Entre
31 elas, estão regras para o uso da Inteligência Artificial
32 (IA) e até mesmo a proibição do uso dos deepfakes nas
33 campanhas.

34 Mas o que o termo deepfake significa? Deepfake é
35 uma técnica que permite alterar um vídeo ou foto com
36 ajuda de inteligência artificial (IA). Com ele, por
37 exemplo, o rosto da pessoa que está em cena pode ser
38 trocado pelo de outra; ou aquilo que a pessoa fala
39 pode ser modificado. Isso é possível com o uso de
40 aplicativos criados com essa finalidade.

41 Um dos usos mais preocupantes dessas ferramentas é
42 a criação de vídeos pornográficos com o rosto de
43 outras pessoas. Em 2020, um relatório da empresa
44 Sensity indicou que nudes falsos de mais de 100 mil
45 mulheres estavam sendo compartilhados na internet.

46 Uso na política

47 As imagens adulteradas também são usadas na
48 política. Em 2019, a ex-presidente da Câmara dos
49 Deputados dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, foi
50 vítima de um deepfake que se baseou em um vídeo
51 autêntico para sugerir que a representante democrata
52 tinha dificuldades na fala em um discurso.

53 O autor desse deepfake desacelerou o vídeo original e
54 editou a fala para dar a entender que ela estava
55 tropeçando em suas palavras. O conteúdo com
56 desinformação teve ampla circulação nas redes sociais
57 e chegou a ser removido do YouTube.

58 Inicialmente, o Facebook se limitou a reduzir a
59 distribuição do vídeo e a alertar usuários que o
60 material poderia ser enganoso. No início de 2020, a
61 plataforma anunciou que passaria a remover
62 deepfakes, exceto em casos de sátiras.

63 Antes do vídeo falso de Pelosi, até mesmo o
64 presidente-executivo do Facebook, Mark Zuckerberg,
65 apareceu em um deepfake. O vídeo adulterado mostra
66 o que seria ele falando sobre dominar o mundo e foi
67 mantido no ar pelo Instagram, controlado pela
68 empresa do executivo.

G1. O que é deepfake e como ele é usado para distorcer realidade.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/02/28/o-que-e-deepfake-e-como-ele-e-usado-para-distorcer-realidade.ghml>. Acesso em: 27 jan. 2025.

08. No texto, a palavra *deepfake*

- A) é, em língua portuguesa, um neologismo oriundo de estrangeirismo, que representa o aprofundamento da desinformação.
- B) é sinônimo de *fake news*, uma vez que compartilham os mesmos elementos morfológicos e semânticos.
- C) é resultado de um processo de derivação entre palavras, com significado idêntico ao de *fake news*.
- D) diz respeito a um fenômeno que, embora compartilhe traços semânticos comuns com as *fake news*, não se relaciona com elas.
- E) tem, em língua portuguesa, a função adjetiva, como na língua de origem, uma vez que mantém os seus traços semânticos.

09. A palavra “possível” (linha 39) é acentuada em virtude de ter a mesma classificação da palavra

- A) mínimo.
- B) até.
- C) sátiras.
- D) conteúdo.
- E) vítima.

10. No trecho “A criação de vídeos **adulterados** e **realistas** ficou muito mais simples com o chamado **deepfake**.” (linhas 24-25), observa-se, entre as palavras destacadas,

- A) traços de oposição semântica, que, no texto, se alinham estilisticamente para construir o sentido da definição de deepfake.
- B) aparente incoerência semântica, tendo em vista que dificultam a construção do sentido por parte do leitor.
- C) relação de sinonímia, uma vez que se referem ao mesmo fenômeno, o deepfake, contribuindo, dessa forma, para sua definição.
- D) relações de coerência interna, mas não externa, uma vez que são palavras antônimas diretas.
- E) relações de hiponímia e hiperonímia, uma vez que o sentido de uma é comportado pela outra.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

11. A Constituição cidadã garante que, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á

- A) ação civil pública.
- B) mandado de injunção.
- C) liminar em ação popular.
- D) mandado de segurança.
- E) mandado de segurança coletivo.

12. Segundo a Constituição Federal, a instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, denomina-se

- A) Advocacia-Geral da União.
- B) Ministério Público.
- C) Conselho Nacional do Ministério Público.
- D) Defensoria Pública.
- E) Procuradoria-Geral da República.

13. A competência originária para processar e julgar os Governadores dos Estados, nos crimes comuns, é do

- A) Supremo Tribunal Federal.
- B) Tribunal de Justiça.
- C) Superior Tribunal de Justiça.
- D) Tribunal Federal de Recursos.
- E) Tribunal Regional Federal.

14. Com base no texto da Constituição Federal, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- B) Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.
- C) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- D) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato somente nas hipóteses previstas na própria Constituição.
- E) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

15. Segundo a Constituição brasileira,

- A) a única propriedade familiar, urbana ou rural, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- B) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- C) em hipótese alguma, a pessoa será privada de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.
- D) são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, os registros civis de nascimento, casamento, divórcio consensual e a certidão de óbito.
- E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante prévia e expressa autorização da autoridade policial competente.

16. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- A) águas, energia, informática, telecomunicações, radiodifusão, sistemas de consórcios e sorteios.
- B) jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, desapropriação, registros públicos.
- C) educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- D) propaganda comercial, proteção e tratamento de dados pessoais, trânsito e transporte.
- E) radiodifusão, desapropriação, ciência, tecnologia, proteção e tratamento de dados pessoais.

17. A Constituição da República Federativa do Brasil permite a

- A) percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- B) acumulação remunerada de quaisquer cargos públicos, até o limite de dois, quando comprovada a compatibilidade de horários.
- C) contratação direta de pessoal, independentemente da realização de concurso ou de processo seletivo, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- D) incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- E) vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

18. Sobre a organização do Estado brasileiro, é correto afirmar-se que

- A) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal e dependerão de Estudos de Viabilidade Municipal e de consulta prévia, mediante plebiscito e referendo, às populações dos Municípios envolvidos.
- B) a organização político-administrativa do Brasil compreende os governos federal, estaduais e municipais, todos dotados de autonomia.
- C) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- D) o Distrito Federal e os Territórios só poderão ser divididos em Municípios mediante lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- E) compete aos Municípios explorar diretamente, ou mediante autorização do governo estadual, os serviços locais de gás canalizado.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

19. A Procuradoria-Geral do Estado do Ceará é um(a)

- A) órgão da Administração Pública direta ou centralizada.
- B) entidade da Administração Pública direta e centralizada.
- C) entidade da Administração Pública indireta ou descentralizada.
- D) órgão da Administração Pública com desconcentração indireta.
- E) órgão da Administração Pública direta, mas descentralizada.

20. Os atos administrativos são de cumprimento obrigatório independentemente da vontade do destinatário. Esta característica, que decorre da supremacia do interesse público sobre o privado, denomina-se

- A) autoexecutoriedade.
- B) coercibilidade tipificada.
- C) presunção de legitimidade.
- D) imperatividade.
- E) tipicidade.

21. O processo administrativo de chamamento público definido na Lei de Licitações, em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados, denomina-se

- A) licitação.
- B) pré-contratação.
- C) pré-qualificação.
- D) seleção pública.
- E) credenciamento.

22. Atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público, denomina-se

- A) competência hierárquica.
- B) poder de polícia.
- C) competência regulamentar.
- D) poder de fiscalização.
- E) poder disciplinar.

23. As prestações de contas anuais do Governador do Estado são julgadas pelo(a)

- A) Assembleia Legislativa do Estado, mediante parecer prévio da Controladoria-Geral do Estado.
- B) Assembleia Legislativa do Estado, mediante parecer de sua Comissão de Finanças e Controle.
- C) Tribunal de Contas do Estado, mediante parecer prévio do Ministério Público de Contas.
- D) Assembleia Legislativa do Estado, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.
- E) Tribunal de Contas do Estado, mediante parecer prévio do Órgão Central de Controle Interno.

24. Acerca da responsabilidade civil do Estado, a Constituição Federal diz que

- A) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- B) a administração pública, em decorrência de erro doloso ou culposo de seus agentes, será civilmente responsável por danos causados ao patrimônio de terceiros.
- C) a responsabilidade objetiva estatal ocorre quando do Estado deveria agir, mas não o faz, sendo negligente ou quando os danos são não provocados por terceiros.
- D) é assegurado o direito de regresso contra o agente público responsável por danos causados a terceiros somente nos casos em que ficar comprovada sua culpabilidade.
- E) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos somente serão civilmente responsabilizadas nos casos de comprovado dolo de seu agente.

25. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário

- A) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
- B) descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- C) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
- D) divulgar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- E) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL E LEI ORGÂNICA DA PGE

26. A nomeação dos aprovados no concurso público para o cargo de Técnico de Representação Judicial da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará será feita

- A) para provimento em caráter efetivo.
- B) concomitantemente com a posse.
- C) na data de início do estágio probatório.
- D) no início do exercício, se não houver posse.
- E) por ato assinado pelo Procurador-Geral do Estado.

27. As Procuradorias Judicial, Fiscal, da Administração Indireta e de Processo Administrativo Disciplinar, que integram a estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, são órgãos de

- A) execução programática.
- B) assessoramento institucional.
- C) atuação consultiva.
- D) atuação deliberativa.
- E) execução instrumental.

28. O Regime Jurídico dos Funcionários Cíveis do Estado do Ceará dispõe sobre os direitos e vantagens dos membros

- A) da Corregedoria-Geral de Justiça.
- B) do Ministério Público de Contas.
- C) da Procuradoria-Geral do Estado.
- D) do Tribunal de Justiça do Estado.
- E) do Tribunal de Contas do Estado.

29. Compete à Procuradoria-Geral do Estado do Ceará,

- A) decidir sobre consulta que lhe seja formulada por qualquer autoridade, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de normas jurídicas.
- B) ingressar em juízo para responsabilizar os gestores de dinheiro público estadual que tiverem contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado.
- C) prover os cargos iniciais da carreira, bem como nos casos de remoção, promoção, convocação e demais formas de provimento derivado.
- D) requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que officie.
- E) promover a cobrança extrajudicial e judicial da dívida ativa do Estado, de qualquer natureza, tributária ou não.

30. O Estatuto dos servidores públicos do Estado do Ceará prevê a licença

- A) por motivo de doença em pessoa da família.
- B) para capacitação profissional.
- C) para desempenho de mandato classista.
- D) prêmio por assiduidade e pontualidade.
- E) remunerada para estudos no exterior.

CONTABILIDADE GERAL

31. No I Congresso Brasileiro de Contabilidade realizado, em 1924, no Rio de Janeiro,

- A) foi aprovado um conceito oficial para a Contabilidade.
- B) ficou assentado que o campo de atuação da Contabilidade são as entidades.
- C) ficou definido que o objeto de estudo da Contabilidade é o patrimônio.
- D) foi discutida e aprovada norma sobre os usuários da informação contábil.
- E) foi discutida e aprovada norma sobre os princípios fundamentais de Contabilidade.

32. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos, denomina-se

- A) ativo real líquido.
- B) saldo patrimonial.
- C) superávit patrimonial.
- D) valor recuperável líquido.
- E) patrimônio líquido.

33. Com base na estrutura conceitual para relatório financeiro, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, assinale a afirmação verdadeira.

- A) O Princípio da Prudência significa dizer que ativos e despesas não estão superavaliados e passivos e receitas podem estar subavaliados.
- B) As características quantitativas principais da informação contábil são a relevância e a representação fidedigna.
- C) As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com a certeza de que a entidade está em operação e continuará no futuro imprevisível.
- D) O ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.
- E) O Princípio Fundamental da Correção Monetária diz respeito à perda patrimonial decorrente da constante desvalorização da moeda nacional.

34. Sobre a escrituração contábil, é correto afirmar-se que

- A) quando o Livro Diário e o Livro Razão forem gerados por processo que utilize fichas ou folhas soltas, deve ser adotado o registro “Balancetes Diários e Balanços”.
- B) a escrituração contábil e a divulgação de demonstrações financeiras são de responsabilidade solidária do profissional da contabilidade e do representante legal da entidade.
- C) as demonstrações contábeis devem ser transcritas nos livros contábeis obrigatórios, completando-se com a assinatura do profissional da contabilidade legalmente habilitado.
- D) o Livro de Apuração do Lucro Real deve ser escriturado, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante de todos os fatos contábeis.
- E) os Livros contábeis Razão, Diário e de Movimento de Caixa são exigidos pela legislação fiscal, civil e comercial.

Considere as seguintes informações contábeis:

- * A empresa ABC adquiriu, em 02/01/20X0, bens para o seu ativo imobilizado, pagando, pelo produto, R\$ 160.000,00 e mais R\$ 10.000,00 de frete;
- * 10 anos é o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo, a contar da data de sua aquisição;
- * R\$ 20.000,00 foi o valor estimado que a entidade espera obter com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, quando esse ativo já tiver a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

35. Com base nas informações acima, assinale a opção que apresenta o saldo da conta depreciação acumulada ao final do ano de 20X5.

- A) R\$ 65.000,00
- B) R\$ 70.000,00
- C) R\$ 85.000,00
- D) R\$ 75.000,00
- E) R\$ 80.000,00

Considerando apenas as informações abaixo, com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade, responda às questões 36 e 37.

- | | |
|--|------------------|
| • Compras de mercadorias realizadas e pagas em 2024 | R\$ 2.000.000,00 |
| • Compras de mercadorias realizadas em 2024, pagas em 2025 | R\$ 1.800.000,00 |
| • Despesas incorridas em 2024 e pagas no mesmo ano | R\$ 1.400.000,00 |
| • Despesas incorridas em 2024 e pagas em janeiro de 2025 | R\$ 2.100.000,00 |
| • Despesas relativas a 2025 e pagas dezembro em 2024 | R\$ 1.600.000,00 |
| • Estoque de mercadorias em 01/01/2024 | R\$ 2.700.000,00 |
| • Estoque de mercadorias em 31/12/2024 | R\$ 4.100.000,00 |
| • Vendas realizadas em 2024 e recebidas no mesmo ano | R\$ 3.200.000,00 |
| • Vendas realizadas em 2024 e recebidas em janeiro de 2025 | R\$ 4.400.000,00 |
| • Vendas relativas a 2025 e recebidas em dezembro de 2024 | R\$ 2.800.000,00 |

36. Ao final do exercício de 2024, o resultado com mercadorias alcançou o montante de

- A) R\$ 2.400.000,00.
- B) R\$ 3.600.000,00.
- C) R\$ 5.200.000,00.
- D) R\$ 4.900.000,00.
- E) R\$ 6.000.000,00.

37. Ao final do exercício social de 2024, foi apurado um lucro líquido no valor de

- A) R\$ 2.200.000,00.
- B) R\$ 1.700.000,00.
- C) R\$ 2.500.000,00.
- D) R\$ 4.600.000,00.
- E) R\$ 4.900.000,00.

R A S C U N H O

Considerando as contas listadas abaixo, com seus respectivos saldos, extraídas do balancete de verificação de uma entidade privada, responda às questões de números 38 e 39.

• Ações em tesouraria	R\$ 5.500,00
• Adiantamentos a funcionários	R\$ 2.500,00
• Adiantamentos de clientes	R\$ 3.000,00
• Prejuízos Acumulados	R\$ 4.500,00
• Arrendamento mercantil	R\$ 5.000,00
• Capital social	R\$ 30.000,00
• Debêntures	R\$ 6.500,00
• Depósitos judiciais	R\$ 18.500,00
• Deságio em Investimentos	R\$ 2.000,00
• Dividendos antecipados	R\$ 1.500,00
• Encargos Financeiros a apropriar	R\$ 1.000,00
• Imposto de Renda diferido	R\$ 7.000,00
• Incentivos Fiscais	R\$ 32.000,00
• Prêmios de Seguros a vencer	R\$ 4.000,00
• Provisão para férias	R\$ 7.500,00
• Provisão para redução ao valor de mercado	R\$ 3.500,00
• Salários e encargos sociais	R\$ 6.000,00
• Vendas de mercadorias	R\$ 20.000,00
• Variações Monetárias passivas	R\$ 9.000,00

- A) R\$ 49.000,00
- B) R\$ 40.000,00
- C) R\$ 42.000,00
- D) R\$ 45.000,00
- E) R\$ 47.000,00

R A S C U N H O

38. As contas do passivo exigível são em número de

- A) quatro.
- B) seis.
- C) sete.
- D) cinco.
- E) oito.

39. O patrimônio bruto totalizou

- A) R\$ 30.000,00.
- B) R\$ 54.000,00.
- C) R\$ 40.000,00.
- D) R\$ 46.000,00.
- E) R\$ 63.000,00.

40. Considere a situação hipotética em que uma empresa tenha adquirido produtos para revenda pelo valor total de R\$ 50.000,00. Para receber o produto em sua loja, a referida empresa pagou R\$ 3.000,00 de frete. Na operação de compra, houve incidência de 4% de IPI e 12% de ICMS normal. Com base nisso, assinale a opção que corresponde ao valor a ser debitado na conta ESTOQUES.

AUDITORIA

41. Estar alerta a condições que possam indicar possível fraude, é um exemplo de

- A) ceticismo profissional.
- B) alcance de auditoria.
- C) evidência de auditoria.
- D) julgamento profissional.
- E) risco de detecção.

42. A evidência de auditoria para a obtenção de conclusões para fundamentar a opinião do auditor é conseguida pela execução de

- A) procedimentos complementares que abrangem testes de observância e de detalhes.
- B) procedimentos de auditoria analíticos que abrangem testes de observância e substantivos.
- C) programas de auditoria, mediante aplicação de testes de controle e de avaliação de riscos.
- D) procedimentos de avaliação de riscos e procedimentos adicionais de auditoria.
- E) programas de auditoria, mediante aplicação de testes substantivos e de detalhes.

43. Os procedimentos de auditoria definidos para detectar distorções relevantes no nível da afirmação denominam-se

- A) procedimentos substantivos.
- B) aplicações de testes de controle.
- C) aplicações de testes de detecção.
- D) levantamentos de evidências.
- E) procedimentos de observância.

44. Ao planejar a auditoria, o auditor exerce julgamento sobre as distorções que são consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para

- A) determinar a natureza, a época e a extensão dos testes substantivos realizados na avaliação de riscos.
- B) determinar a natureza, a época e a extensão dos testes de observância realizados na avaliação de riscos.
- C) identificar e avaliar os riscos de distorção relevante na execução dos procedimentos de auditoria adotados.
- D) identificar e avaliar os riscos toleráveis de distorção relevante na aplicação dos testes de auditoria.
- E) determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco.

45. O registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor denominam-se

- A) Documentos Probatórios.
- B) Papéis de Trabalho.
- C) Laudos Técnicos.
- D) Pareceres de Auditoria.
- E) Relatórios de Auditoria.

46. No âmbito do Estado do Ceará, o titular do controle externo, a que está sujeito o Fundo Estadual de Educação do Ceará, é

- A) a Controladoria-Geral do Estado.
- B) a Secretaria Estadual de Educação.
- C) o Conselho Estadual de Educação.
- D) a Assembleia Legislativa do Estado.
- E) o Tribunal de Contas do Estado.

47. O instrumento de fiscalização utilizado pelos Tribunais de Contas brasileiros para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos denomina-se

- A) auditoria.
- B) acompanhamento.
- C) monitoramento.
- D) inspeção.
- E) levantamento.

48. Anualmente, o ordenador de despesas da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará tem o dever constitucional de prestar contas diretamente à (ao)

- A) à Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa.
- B) ao Conselho Superior da própria Procuradoria.
- C) à Controladoria-Geral do Estado.
- D) ao Tribunal de Contas do Estado.
- E) ao Governador do Estado.

49. Risco de auditoria é o risco de que o auditor expresse uma opinião inadequada quando as demonstrações financeiras contiverem distorção relevante. Os riscos que **NÃO** dependem diretamente do auditor independente consistem em

- A) risco de controle e risco de distorção.
- B) risco de detecção e risco de avaliação.
- C) risco inerente e risco de controle.
- D) risco inerente e risco de avaliação.
- E) risco inerente e risco de detecção.

50. Na prova específica para atuação do contador em auditoria independente nas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil são exigidos conhecimentos de

- A) normas aplicadas às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados.
- B) normas aplicáveis às entidades reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- C) normas que regulam o Mercado de Capitais e a Comissão de Valores Mobiliários.
- D) operações realizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar.
- E) legislação e normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional.

54. Assinale a opção que apresenta o correto registro contábil da arrecadação da receita durante a execução do orçamento.

- A) D 5.2.1.1 Previsão Inicial da Receita
C 6.2.1.2 Receita Realizada
- B) D 5.2.1.1 Previsão Inicial da Receita
C 5.2.1.2 Receita Arrecadada
- C) D 6.2.1.1 Receita a Realizar
C 5.2.1.1 Previsão Inicial da Receita
- D) D 6.2.1.1 Receita a Realizar
C 6.2.1.2 Receita Realizada
- E) D 6.2.1.2 Receita Realizada
C 6.2.1.1 Receita a Realizar

CONTABILIDADE PÚBLICA

51. Na composição do patrimônio público, os créditos tributários cobrados judicialmente são

- A) ativos circulantes.
- B) ativos permanentes.
- C) ativos financeiros.
- D) créditos exigíveis a longo prazo.
- E) direitos realizáveis a curto prazo.

52. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade que tratam da demonstração dos fluxos de caixa, os empréstimos bancários são geralmente considerados como

- A) atividades de investimento.
- B) atividades operacionais.
- C) atividades de financiamento.
- D) equivalentes de caixa.
- E) instrumentos financeiros.

53. Os atos potenciais que representam garantias e contragarantias concedidas

- A) devem ser contabilizados e informados em notas explicativas.
- B) serão registrados no ativo e passivo compensados.
- C) devem ser informados em notas explicativas.
- D) não serão objeto de escrituração contábil.
- E) não serão registrados nem informados em notas explicativas.

55. Tendo por base a Demonstração das Variações Patrimoniais, é correto afirmar-se que as Insubstituições Passivas deverão ser registradas no grupo das

- A) mutações patrimoniais ativas.
- B) variações ativas independentes da execução orçamentária.
- C) mutações patrimoniais passivas.
- D) receitas ou acréscimos patrimoniais extraorçamentários.
- E) variações passivas independentes da execução orçamentária.

56. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo denomina-se

- A) avaliação patrimonial.
- B) mensuração.
- C) valor justo.
- D) valor recuperável.
- E) reavaliação.

Da Contabilidade de um município brasileiro foram extraídas as seguintes informações:

- A Lei Orçamentária Anual foi aprovada com equilíbrio entre receitas e despesas no valor de R\$ 10.000.000,00;
- Ao final do exercício financeiro foram apurados os seguintes valores:
 - Cancelamento de Restos a Pagar do exercício anterior – R\$ 1.700.000,00;
 - Créditos Especiais por excesso de arrecadação – R\$ 3.400.000,00;
 - Créditos Suplementares por anulação de dotação – R\$ 1.300.000,00;

R A S C U N H O

• Despesas Orçamentárias Empenhadas –	R\$ 12.000.000,00;
• Despesas Orçamentárias Liquidadas –	R\$ 10.000.000,00;
• Despesas Orçamentárias Pagas –	R\$ 8.500.000,00;
• Pagamento de Restos a Pagar do exercício anterior –	R\$ 800.000,00;
• Receitas Orçamentárias Arrecadadas –	R\$ R\$ 14.000.000,00;
• Saldo Financeiro Inicial –	R\$ 1.000.000,00;
• Serviços da Dívida a Pagar –	R\$ 300.000,00.

Com base nas informações contábeis acima, responda às questões de números 57 a 60.

57. O exercício financeiro foi encerrado com uma economia orçamentária no valor de

- A) R\$ 3.300.000,00.
- B) R\$ 2.700.000,00.
- C) R\$ 5.000.000,00.
- D) R\$ 1.400.000,00.
- E) R\$ 4.000.000,00.

58. O resultado da execução orçamentária apontou um superavit de

- A) R\$ 1.000.000,00.
- B) R\$ 3.000.000,00.
- C) R\$ 4.000.000,00.
- D) R\$ 2.000.000,00.
- E) R\$ 5.000.000,00.

59. O total da coluna das “RECEITAS” do balanço financeiro foi de

- A) R\$ 18.500.000,00.
- B) R\$ 15.100.000,00.
- C) R\$ 16.500.000,00.
- D) R\$ 17.700.000,00.
- E) R\$ 16.700.000,00.

60. O valor dos Restos a Pagar não processados foi de

- A) R\$ 1.700.000,00.
- B) R\$ 2.000.000,00.
- C) R\$ 1.500.000,00.
- D) R\$ 3.200.000,00.
- E) R\$ 3.500.000,00.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E PATRIMONIAL

61. Assinale a opção que corresponde a um exemplo de receita pública derivada.

- A) operação de crédito
- B) receita de alienação de bem
- C) receita de transferência voluntária
- D) receita de imposto
- E) rendimento de aplicação financeira

62. O instrumento de alteração orçamentária cuja autorização pode estar na própria lei orçamentária anual denomina-se

- A) crédito adicional especial.
- B) operação de Crédito por antecipação de receita.
- C) remanejamento de recursos orçamentários.
- D) transposição de dotação orçamentária.
- E) crédito adicional suplementar.

63. A descentralização orçamentária da Secretaria de Educação do Estado do Ceará para Escola X denomina-se

- A) destaque.
- B) provisão.
- C) remanejamento de recursos.
- D) descentralização administrativa.
- E) transposição de dotações.

64. Na tramitação de projeto de lei orçamentária anual do Estado do Ceará, no âmbito da Assembleia Legislativa, o primeiro parecer é o da Comissão de

- A) Acompanhamento, Fiscalização, e Avaliação.
- B) Governança, Transparência e Controle.
- C) Constituição e Justiça e Redação.
- D) Orçamento, Finanças e Tributação.
- E) Trabalho, Administração e Serviço Público.

65. O pagamento de restos a pagar com prescrição interrompida será registrado como

- A) despesas de exercícios anteriores.
- B) compromissos reconhecidos.
- C) resíduos passivos.
- D) restos a pagar de exercícios encerrados.
- E) reversão de dotação orçamentária.

66. A obrigação de estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso será

- A) de cada um dos Poderes da República.
- B) do órgão central de controle interno de cada Poder.
- C) somente do Poder Executivo.
- D) do Setor responsável pelo orçamento de cada Poder.
- E) somente do Poder Legislativo.

67. A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de

- A) categoria econômica, função, programa, projeto e modalidade de aplicação.
- B) categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa.
- C) categoria econômica, despesas de custeio e transferências correntes e de capital.
- D) despesas de custeio, despesas de transferências correntes e de capital.
- E) órgão, função, subfunção, programa, projeto ou atividade e elemento de despesa.

68. Sobre os instrumentos de planejamento orçamentário, a legislação brasileira estabelece que

- A) a lei orçamentária poderá consignar dotação para despesas obrigatórias de caráter continuado com duração superior a um exercício se estiverem previstas no plano plurianual.
- B) o Anexo de Metas Fiscais conterá demonstrativo da estimativa de arrecadação, renúncia ou compensação de receitas orçamentárias e da margem de expansão das despesas correntes obrigatórias.
- C) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária conterá demonstrativos dívida consolidada, concessão de garantias e das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.
- D) a lei de diretrizes orçamentárias não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- E) todas as despesas relativas à dívida pública, flutuante e fundada, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária, das diretrizes orçamentárias e do plano plurianual.

69. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado(a) de declaração

- A) da autoridade máxima do órgão de que a estimativa do impacto orçamentário tem compatibilidade com a execução orçamentária.
- B) do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e com a LDO.
- C) da autoridade máxima do órgão de que a estimativa do impacto orçamentário no exercício financeiro vigente atende às exigências da LDO e da LOA.
- D) do ordenador da despesa de que a estimativa do impacto financeiro tem adequação com o cronograma de desembolso.
- E) do ordenador da despesa de compatibilidade da estimativa do impacto financeiro com a programação financeira.

70. A permissão constitucional para as Casas Legislativas aprovarem lei orçamentária anual contendo dispositivo que autorize o Poder Executivo a abrir créditos suplementares durante a execução orçamentária é uma exceção ao Princípio Orçamentário da

- A) Exclusividade.
- B) Legalidade.
- C) Unidade.
- D) Universidade.
- E) Totalidade.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À CONTABILIDADE

71. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, o ativo que estiver mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado deve ser classificado como

- A) estoque de mercadorias.
- B) circulante.
- C) investimento temporário.
- D) não circulante.
- E) realizável.

72. O demonstrativo contábil previsto nas Normas Gerais de Direito Financeiro que evidencia o superavit ou déficit patrimonial é

- A) a demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- B) o balanço econômico.
- C) a demonstração das variações patrimoniais.

D) o balanço patrimonial.

E) o relatório de gestão fiscal.

73. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, o consumo ou utilização de recursos para a geração de bens ou serviços, denomina-se

- A) despesa.
- B) dispêndio.
- C) custo.
- D) gasto.
- E) perda.

74. Considere a situação hipotética em que o Segundo Relatório de Gestão Fiscal de 2023, divulgado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, tenha informado uma receita corrente líquida no montante de 30 milhões de reais. Com base nisso, é correto afirmar que o valor do limite prudencial para o Executivo estadual, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi de

- A) R\$ 13.965.000,00.
- B) R\$ 13.230.000,00.
- C) R\$ 14.700.000,00.
- D) R\$ 16.200.000,00.
- E) R\$ 17.100.000,00.

75. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que, na elaboração do relatório de gestão fiscal citado na questão anterior, (questão 74) foram computadas receitas correntes do período compreendido entre

- A) 01/01 e 31/08/2023.
- B) 01/03 e 30/04/2023.
- C) 01/05 e 31/08/2023.
- D) 01/09/2022 e 31/08/2023.
- E) 01/05/2022 e 30/04/2023.

76. A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais, haverá limitação de empenho. Logo, por autorização legal, podem ser objeto de limitação de empenho as despesas

- A) de transferências constitucionais a outros entes federados.
- B) com pessoal e seus respectivos encargos sociais.
- C) destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- D) que constituam obrigações legais do ente federado.
- E) ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

77. A correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações contábeis, como se um erro de período anterior nunca tivesse ocorrido denomina-se

- A) aplicação prospectiva.
- B) aplicação retrospectiva.
- C) reapresentação retrospectiva.
- D) mudança de política contábil.
- E) política de ajustes contábeis.

78. O último Relatório Resumido da Execução Orçamentária de cada ano será acompanhado de demonstrativo

- A) da dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
- B) da inscrição em Restos a Pagar de despesas legalmente empenhadas, processadas e não processadas.
- C) do montante das despesas não inscritas em restos a pagar por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.
- D) da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.
- E) do montante das disponibilidades financeiras em caixa na data do encerramento do exercício financeiro.

79. O Passivo Financeiro totalizou

- A) R\$ 165.000,00.
- B) R\$ 175.000,00.
- C) R\$ 140.000,00.
- D) R\$ 185.000,00.
- E) R\$ 150.000,00.

80. O Saldo Patrimonial totalizou

- A) R\$ 220.000,00.
- B) R\$ 290.000,00.
- C) R\$ 320.000,00.
- D) R\$ 250.000,00.
- E) R\$ 350.000,00.

Com base nas informações contábeis apresentadas a seguir, responda às questões de números 79 e 80.

• Atos potenciais: garantias e contragarantias concedidas	R\$ 15.000,00;
• Bens móveis do ativo imobilizado	R\$ 255.000,00;
• Débitos de tesouraria	R\$ 20.000,00;
• Depósitos	R\$ 35.000,00;
• Dívida ativa	R\$ 40.000,00;
• Dívida fundada cuja amortização depende de autorização legislativa	R\$ 10.000,00;
• Dívida fundada cujo pagamento independe de autorização orçamentária	R\$ 25.000,00;
• Restos a pagar	R\$ 65.000,00;
• Serviços da dívida a pagar	R\$ 30.000,00;
• Valores numerários	R\$ 60.000,00;
• Valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária	R\$ 80.000,00.